

BIOPODER E RESISTÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO FIFA 2014

André Luiz Maranhão de Souza Leão¹

Sérgio Luiz Elias de Araújo²

Bruno Rafael Torres Ferreira³

Bruno Melo Moura⁴

INTRODUÇÃO

A Copa do Mundo de Futebol é um evento promovido pela *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) e organizado de quatro em quatro anos por um país. A sua edição de 2014 aconteceu no Brasil, o que provocou uma grande expectativa, sobretudo porque o país tem o futebol como esporte nacional e não sediava um mundial desde 1950.

¹ Doutor em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco. <http://lattes.cnpq.br/2313504052405431>. <https://orcid.org/0000-0002-7660-5845>. andre.sleao@ufpe.br. Endereço para correspondência: Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Administrativas, Av. dos Economistas, s/n, Cidade universitária, Recife, PE, Brasil. CEP: 51130-010. Telefone: (55 81) 21268368.

² Doutor em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Adjunto da Universidade Federal de Sergipe. <http://lattes.cnpq.br/1418815291100030>. <https://orcid.org/0000-0002-8069-4932>. sergioaraujo@sergioaraujo.com.br.

³ Doutor em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Substituto da Universidade Federal de Pernambuco. <http://lattes.cnpq.br/9302521213982450>. Orcid não informado. brunortferreira@gmail.com.

⁴ Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor da Faculdade de Tecnologia Gestão e Marketing. <http://lattes.cnpq.br/4175571719803868>. <https://orcid.org/0000-0002-8205-4576>. brunomtop@gmail.com.

Após a confirmação da escolha do país como sede do mundial de seleções, duas frentes de trabalho foram formadas: o Governo Federal criou o Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014 (CGCOPA) e o Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 (GECOPA), que tratavam da coordenação de ações governamentais ligadas à realização do megaevento (Presidência da República, 2010); do outro lado, a FIFA financiou o Comitê Organizador Local da Copa (COL), empresa que funcionava independente das atividades da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Com a presença de tais agentes, as 12 cidades-sedes escolhidas passaram por ações ligadas a questões de mobilidade, segurança, telecomunicações e de infraestrutura, que contaram com investimentos públicos e privados (Ministério do Esporte, 2012).

Ao longo dessa preparação, foi possível observar uma série de conflitos envolvendo o Governo Federal e a FIFA, principalmente em relação às obras dos estádios e à elaboração da Lei nº 12.663, que ficou conhecida como Lei Geral de Copa (Presidência da República, 2012). Esta lei determinou diretrizes para garantir a realização do megaevento e o atendimento dos interesses da FIFA como, por exemplo, os direitos de propriedade industrial; restrições a vias de acesso e sanções civis.

Apesar da presença de interesses dissonantes entre os agentes organizadores, a Copa do Mundo é apresentada ao público como um marco capaz de transformar as pessoas e locais por onde passa. Ao longo de sua história, o megaevento é comumente associado como um impulsionador não apenas da popularização do futebol – como aconteceu nos Estados Unidos em 1994, quando a realização do mundial ajudou a concretizar o soccer no país do futebol americano – mas também de demonstração ao mundo de um desenvolvimento de uma nação (i.e., África do Sul, em 2010). No Brasil, por sua vez, a Copa do Mundo foi apresentada com uma promessa de produção de uma imagem positiva do país e de investimentos em infraestrutura de diversos setores (Nicolas, 2013). Já no futebol, a presença do evento prometeu um novo olhar acerca da

relação entre clubes e torcedores com as experiências e as conseqüentes novas exigências promovidas pelos jogos da Copa do Mundo (Grellet, 2010).

Seguindo Foucault (2008), entendemos que a Copa do Mundo pode ser caracterizada como um exercício de biopoder que, por sua vez, proporciona os meios de produção de resistência. Isso porque o megaevento é ressignificado por diferentes agentes da sociedade, principalmente ao afetar diretamente as emoções, desejos e especialmente a imaginação do público com quem se comunica. Transforma, assim, o torneio de futebol de seleções em um espetáculo da comunicação global (Tully, 2006) em que sentimentos são trabalhados a partir da utilização maciça de ferramentas de comunicação de massa com o objetivo de atingir uma resposta emocional da população (Arboleda, 2015; Hearn, 2010).

FIFA e governo brasileiro demonstraram um claro esforço direcionado à obtenção de aceitação da Copa do Mundo. Para tal fim, a organização da Copa realizou ações nos principais canais de comunicação do país, tanto no sentido de evidenciar os benefícios trazidos para o país, quanto de criar um laço afetivo da população, vide a votação popular para escolha do nome da mascote do megaevento, o Fuleco (Uol, 2012). Contudo, a sociedade deu indícios de haver uma visão contrária e crítica, no que diz respeito à organização da Copa do Mundo no país e, principalmente, aos papéis assumidos pelo Governo Federal e pela FIFA.

Assim sendo, argumentamos que a Copa do Mundo 2014, no Brasil, foi realizada por meio de um exercício de biopoder e sua conseqüente resistência, na forma como posições discursivas dos agentes envolvidos na organização do evento (i.e., FIFA e governo brasileiro), têm, neste processo, lidado com reações por parte da sociedade. Com base nisto, a seguinte pergunta de pesquisa se apresenta como orientadora desta investigação: como o exercício de biopoder e resistência da Copa do Mundo 2014

pode ser caracterizada a partir das posições discursivas de seus organizadores e da sociedade brasileira?

Esta pesquisa se justifica pela oportunidade de podermos observar um acontecimento de grande relevância mundial. A Copa do Mundo evidencia a importância do futebol que, apesar de considerado por alguns apenas como entretenimento, é de grande importância sociológica, econômica, política, social e cultural, pois permite um entendimento sobre o espaço e a produção de saberes arroladas a relações sociais (Nolasco, 2004).

BIOPODER E RESISTÊNCIA EM MICHEL FOUCAULT

Os conceitos foucaultianos de poder e governo têm sido usados para tratar de como a globalização é um fenômeno causado por efeitos diretos das ações expansionistas do capitalismo moderno (Cocco & Cava, 2018; Fraser, 2003). Essa manifestação, que não mais reconhece fronteiras, passando a ocupar territórios e a absorver outras formas de economia; que amplia o alcance da lógica do capital, visando se perpetuar como hegemônica é uma decorrência do processo que teria sido a transformação dos Estados-nação em meros cenários para a atuação comercial e financeira dessas grandes corporações. Os Estados-nação, por sua vez, estariam demonstrando sua incapacidade de, diante das novas formas de relação comercial internacional, regularem as permutas econômicas e culturais impostas pelo novo modelo, apresentando, assim, uma soberania declinante (Foucault, 2008; Hardt & Negri, 2006; 2012).

A soberania presente nos governos representativos determina, para sua população, a lógica das redes, privando-a de seu potencial de democratizar e de dar voz a comunidades coletivas que resistem a poderes distintos (Catlaw, 2009; Hardt & Negri, 2006). Todavia, o resultado dessa posição hegemônica é o objeto de exploração capitalista que passa a ser a padronização universal da mão de obra que negligencia

vocações e aspectos culturais locais e globaliza comportamentos; nasce, assim, uma força de trabalho mundializada à disposição do capital, que pode direcionar sua força produtiva para as áreas que melhor rendem lucratividade (Bhattacharya & Sanyal, 2011). Tal processo teria se baseado na formação de um exercício de poder, que tem seu conceito apresentado e explorado em boa parte das obras de Michel Foucault. Este vem a ser uma forma de poder que regula a vida social, tendo como tarefa principal administrar a vida a partir das características e atividades humanas, estando diretamente ligado aos processos de produção e reprodução da vida (Foucault, 2005).

Foucault (2008) divide os mecanismos de poder em três: os suplícios, as disciplinas e a biopolítica. O primeiro era baseado na punição daqueles que atentavam contra a ordem social e ocorria por meio de rituais de tortura, humilhação e massacre público, servindo de exemplo para que os demais membros da sociedade. Aos poucos o regime dos suplícios foi sendo substituído por um regime de biopoder, que apresenta a disciplina e a biopolítica como seus mecanismos principais.

O biopoder é central no estabelecimento de uma sociedade disciplinar, em que há uma malha de inter-relações composta por aparelhos produtores e reguladores dos costumes, hábitos e práticas produtivas, cada vez mais distribuídas por corpos e cérebros dos cidadãos, que constroem o comando social. É um mecanismo que coexiste com o poder disciplinar, capaz de regular os indivíduos, bem adestrá-los de modo a padronizar seus comportamentos (Foucault, 2013; Manokha, 2009). O biopoder é uma tecnologia em que indivíduos de populações são conduzidas através do incitar, reforço, controle, monitoramento, otimizar e organizar (Foucault, 1994; Rabinow & Rose, 2006).

Os próprios indivíduos são propagadores deste poder, pois o biopoder se funda através de regimes de saberes concebidos como capazes de melhorar a qualidade de vida, a capacidade de cooperação e outros modos de funcionamento de uma

população. Contudo, o biopoder não se estingue por momentos, mas perdura ao constituir o sujeito gradual, progressiva e materialmente a partir de uma multiplicidade de organismos, forças, energias, materiais, desejos, pensamentos etc. (Foucault, 1994; Lilja & Vinthagen, 2014). Seu exercício, entre outras coisas, está no aparato estatal e nos empreendimentos privados: é um poder que se aplica ao dia a dia, num processo em que nós somos categorizados e atrelados às nossas próprias identidades (Foucault, 1994).

O biopoder tem interesse em conduzir o comportamento geral, estimulando as tendências e o controle de como a vida é (re)produzida e como a sociedade pode ser produtiva (Lilja & Vinthagen, 2014). Sobre o tema, Rabinow e Rose (2006) indicam que o biopoder é firmado por três aspectos: discursos da verdade que tratem da vitalidade dos indivíduos; determinadas estratégias capazes de intervir no modo de viver da população; e condições de subjetivação que potencializem a vida dos indivíduos a partir de mudanças operadas no modo de viver da população. Assim, o domínio social é efetivado por uma rede de instituições naturalizadas ao terreno social como fábricas, prisões e escolas, que justificavam a existência do paradigma de poder da disciplina (Foucault, 2013; Heckert & Andrade, 2010).

O processo histórico das sociedades ocidentais levou ao entendimento de que mudanças de uma tecnologia disciplinar do biopoder, embasada em regras e regulamentos explícitos, para uma sociedade de controle (Foucault, 2008; Rouillard & Giroux, 2005). Isso indica, como, na contemporaneidade, esta mesma lógica passa a ser exercida por máquinas inteligentes que funcionam alimentadas por redes de informações que realizam o monitoramento humano, produzindo e reproduzindo a vida, o bem-estar social, numa transição de uma sociedade disciplinar para uma de controle (Deleuze, 2013).

Entre os discursos recentes emitidos por entidades governamentais, o gerencialista dá ênfase aos valores e à ética – nomeando-os de estratégia – para modificar a noção organizacional (Kettl, 2000; Rouillard & Giroux, 2005). A mudança na perspectiva gerencial da administração pública é uma faceta de um processo global: o biopoder não mais é exercido por uma sociedade disciplinar, mas sim por uma sociedade de controle (Foucault, 2008; Rouillard & Giroux, 2005).

A sociedade de controle surge a partir da queda das instituições, do definhamento da sociedade civil e do declínio da sociedade disciplinar, visto ocasionar uma suavização do estriamento do moderno espaço social, em que os cérebros se organizam como sistemas de comunicação e redes de informação e os corpos se adaptam em uma estrutura de bem-estar e atividades monitoradas, conformando-se com sua condição de alienação, alijada de senso ou desejo de criatividade (Golder, 2011; Hardt & Negri, 2012).

Tal sociedade apresenta um processo de engajamento subjetivo em que suas configurações se desenvolvem de maneira ambígua que permitem, segundo Foucault (2005), observar quando é possível para o homem administrar a vida – via instrumentos de vigilância e estratégias de controle. É a partir do excesso do biopoder que as dimensões subjetivas se garantem, por exemplo, nas escolhas de um consumidor e a permanência de uma empresa no mercado. Via políticas públicas, os governos podem controlar sua população (Heckert & Andrade, 2010; Hardt & Negri, 2006), sendo que a institucionalização da sociedade de controle marca a transição da hetero-regulação para uma regulação de si (Foucault, 1984). Neste contexto, se produz mais do que mercadorias, mas subjetividades como necessidades e relações sociais, que por sua vez interagem com os produtos, gerando novos produtores e criando um ciclo de produção e reprodução. Assim, as corporações realizam o que Deleuze e Guattari (2010) chamam de produtividade da reprodução social, que é a produção criativa, a

produção de valores, de relações sociais e de afetos, transformando a subjetividade em matéria-prima de todo o processo de produção.

A noção da liderança é uma produção criativa que, via gerencialismo, leva ao entendimento de uma mudança social perpétua; uma manifestação consistente daquilo que pode ser colocado sob o rótulo do pragmatismo filosófico (Rouillard & Giroux, 2005). Neste sentido, é importante se dizer que, apesar de intangível, a subjetividade não é abstrata, pois é parte integrante e importante da vida, das formas de amar, dos jeitos de sentir, das capacidades de sonhar, dos desejos de habitar, dos padrões estéticos adotados, enfim, das várias formas de subjetivação que constituem os indivíduos ou coletividades como sujeitos (Deleuze, 2013).

Por se apresentar como relacional e microfísico, Foucault (2008) destaca que o biopoder é mantido através de saberes amplamente difundidos que, através de sua operacionalização, não apenas conduzem populações, mas também geram novos saberes. É uma relação dinâmica e contínua caracterizada por uma troca de forças que produzem, então, resistências. É importante se dizer, no entanto, que, na perspectiva teórica foucaultiana, não há poder sem resistência: a resistência é condição sine qua non do exercício do poder; desta forma, a resistência configura-se como força tal qual o exercício do poder (Foucault, 2013; Manokha, 2009).

Para Foucault (2014a), toda relação humana é uma relação de poder-resistência e tais aspectos devem ser pensados para além de juízos prévios, de forma que se compreenda como representam forças que afetam a vida social. A resistência, contudo, não é definida como antagônica ao poder, é uma co-construção deste (Raffnsøe, Gudmand-Høyer, & Thaning, 2016) e a dinâmica de suas relações é capaz de gerar mudanças estruturais das forças (Villadsen, 2019). Considerando a relação entre a resistência e sua práxis, é um exercido sobre a vida, pois é na existência de um indivíduo que é possível produzir resistências (Andreotti, 2005; Lilja & Vinthagen, 2014),

do ponto de vista do biopoder, quando a vida é tomada como objeto, a resistência volta-se contra o poder, em nome da vida (Foucault, 2014b). Quando executada em âmbitos macrossociais, como os econômicos, a resistência é uma ferramenta para institucionalizar poderes dominantes (Mumby et al., 2017; Hardt & Negri, 2006). Como o biopoder, simultaneamente, agrupa e individualiza as massas, constitui os corpos que controla, ao mesmo tempo em que executa o processo da formação da individualidade de cada corpo (Deleuze & Guattari, 2010).

Essa resistência multicentrada e heterogênea materializa a falta de uma subjetividade, característica do biopoder foucaultiano: funcionando de forma capilar e em rede, sem assunto unificado. Contudo, através da aplicação de estratégias, tática e técnicas semelhantes, esta forma global de conduzir táticas locais, aplicada por várias razões e motivações compartilha de uma semelhança que compõe o corpo da resistência (Lilja & Vinthagen, 2014). Isso porque, em última instância, para Foucault, a resistência é produtiva (Foucault, 2014a).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em consonância com o eixo teórico assumido nesta pesquisa, optamos, como método, pela Análise de Discurso Foucaultiana que se propõe — ao ter como base a analítica arqueológica desenvolvida ao longo de suas obras iniciais — a descobrir as condições de possibilidades da presença de saberes (Foucault, 2014b). De forma a adotar a abordagem a partir de etapas metodológicas delineadas, a organização e operacionalização do método foi baseado nos trabalhos de Leão e colegas (Costa & Leão, 2011, 2012; Ianatoni & Leão, 2015a; 2015b), que aponta para a inferência de três categorias analíticas interligadas que dão suporte às formações discursivas (Quadro 1).

Quadro 1 – Categorias analíticas (definições)

Conceito	Descrição
Enunciado	Um enunciado é um conjunto de domínios de objetos materiais, de localizações espaciais e de dependências simbólicas. Um enunciado tem seu sentido definido no tempo e no espaço pelo conjunto de signos que fazem sentido entre si pela sua formação escrita, seja de forma concreta ou intuitiva, de acordo com regras pré-determinadas que se sucedem ou se justapõem.
Função enunciativa	Os enunciados são agrupados de acordo com a função enunciativa a que eles se subordinam, baseadas em suas características de verdade, ou seja, nas condições em que uma série de símbolos ou sintagmas se organizam e se relacionam; de sujeito, pois um enunciado só existe porque alguém o proferiu; de domínio associado, visto que sua condição de existência se dá à medida que as frases são enunciadas num campo relacional; e de materialidade, como um objeto que possa ser produzido, manipulado, utilizado, transformado, trocado, combinado, composto, recomposto e, eventualmente, destruído.
Regras de formação	As regras de formação são condições de existência para caracterizar uma formação discursiva singular e bem individualizada, que apresenta o princípio de sua articulação com uma cadeia de acontecimentos sucessivos e define os operadores pelos quais os acontecimentos se transcrevem nos enunciados.
Formação discursiva	Uma formação discursiva é um sistema de caráter singular cujas condições de existência são configuradas pelas regras de formação e que apresenta o princípio de sua articulação com uma cadeia de acontecimentos sucessivos e define os operadores pelos quais os acontecimentos se transcrevem nos enunciados.

Fonte: Baseado em Foucault (2014a).

Assim, o primeiro passo da análise se refere à identificação dos enunciados. Tais elementos podem apresentar relações entre si: relações síncronas, que indicam uma interdependência na presença de dois ou mais enunciados; e relações incidentes, presentes em situações nas quais a existência de um enunciado presume a existência de outro. Na sequência, inferimos suas funções enunciativas, podendo haver uma ou mais funções enunciativas referentes a cada enunciado, assim como para cada função enunciativa um ou mais enunciados. A partir da identificação dos enunciados e das funções enunciativas, a terceira etapa da análise dos dados, que se refere às regras de formação. Tais regras se ligam aos enunciados e suas funções e estabelecem critérios para se estabelecer as formações discursivas, que são constituídas a partir dos feixes de relações das categorias precedentes.

Esta análise se debruça sobre um corpo de dados ao qual Foucault (2014b) denominou arquivo. O arquivo é o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados

que define uma prática dos discursos que faz surgir uma multiplicidade de enunciados, posicionando-se entre a língua que define o sistema de construção das frases possíveis e o corpus que recolhe passivamente as palavras (Foucault, 2014b); em suma, arquivo “é o conjunto dos discursos realmente pronunciados numa dada época, os quais continuam a existir através da história” (Revel, 2011, p. 12).

Tendo em vista o problema de pesquisa, nosso arquivo foi construído como representativo de duas posições discursivas: a oficial e a da sociedade. A primeira posição é composta pela expressão das práticas discursivas dos que promoveram e organizaram o megaevento; ou seja, para essa posição discursiva, consideramos a FIFA e todos os órgãos dos poderes públicos, sejam eles das esferas federal, estaduais, distrital ou municipais, que fizeram parte da organização, normatização, fiscalização, divulgação ou que possuíssem alguma relação com a Copa do Mundo de 2014. Já a posição discursiva da sociedade se refere às práticas discursivas da população e de organismos da sociedade civil. Consideramos como tais organismos as associações representativas, sindicatos de classe trabalhadora ou patronal, Organizações Não Governamentais ou grupos organizados da sociedade, ainda que não oficialmente inscritos no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), mas que estivessem divulgando, discutindo ou debatendo a Copa do Mundo de 2014.

Para acessarmos a posição discursiva oficial e a parte da posição da sociedade referente aos organismos da sociedade civil, trabalhamos com dados documentais coletados na Internet (entrevistas, depoimentos, gravações em videoblogs, matérias jornalísticas, reportagens, denúncias, documentos oficiais, fotografias e infográficos), provindos de sites oficiais (e.g., site oficial da organização da Copa do Mundo 2014 e sites dos governos federal, estaduais, distritais e municipais envolvidos) ou notoriamente confiáveis, ou ainda, de representação significativa diante da sociedade civil organizada — como sites de notícias e grandes portais nacionais, bem como sites e blogs de jornalistas e organizações da sociedade civil considerados representativos

por seus leitores e por outros órgãos, tendo em vista que são constantemente citados e cujos conteúdos são compartilhados em redes sociais. O processo de levantamento desses dados documentais levou em consideração informações publicadas entre janeiro de 2010 e junho de 2015; desse intervalo, foram consultadas cerca de 1465 postagens, dos quais foram considerados para análise 776 documentos. Por fim, para acessarmos a população, a outra parte da posição discursiva da sociedade, fizemos entrevistas com moradores das cidades-sede, abordados em diferentes pontos públicos das cidades, em viagens realizadas por dois dos autores dessa pesquisa entre janeiro de 2014 e abril de 2016. Ao todo, 157 entrevistas foram realizadas, numa média superior a 13 por cidade-sede. A escolha dos participantes se deu de forma aleatória – considerando o interesse e a disponibilidade de tempo daqueles que abordávamos na rua – e as entrevistas foram guiadas por perguntas simples, pelas quais acessamos a opinião desses transeuntes sobre pontos centrais da organização e dos efeitos da Copa do Mundo na cidade. Tais entrevistas tiveram a duração média inferior a cinco minutos e foram registradas em áudio, autorizadas previamente pelos participantes (a concordância também se encontra gravada nesses áudios); além disso, os entrevistados e suas opiniões permaneceram anônimas ao longo do processo, visando preservar suas identidades.

DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

Em nossa análise identificamos duas formações discursivas, uma a partir de cada posição discursiva acessada. Passamos a descrevê-las nas subseções a seguir. Em cada uma delas apresentamos os enunciados, funções enunciativas e regras de formação sobre as quais se baseiam, a partir de suas relações e definições, bem como exemplos ilustrativos da análise.

A Copa da FIFA é boa para o Brasil

A primeira formação discursiva está fundamentada em duas regras de formação e suas relações com cinco funções enunciativas a partir de cinco enunciados. Na Figura 1 apresentamos essas relações e no Quadro 2 as definições dessas categorias.

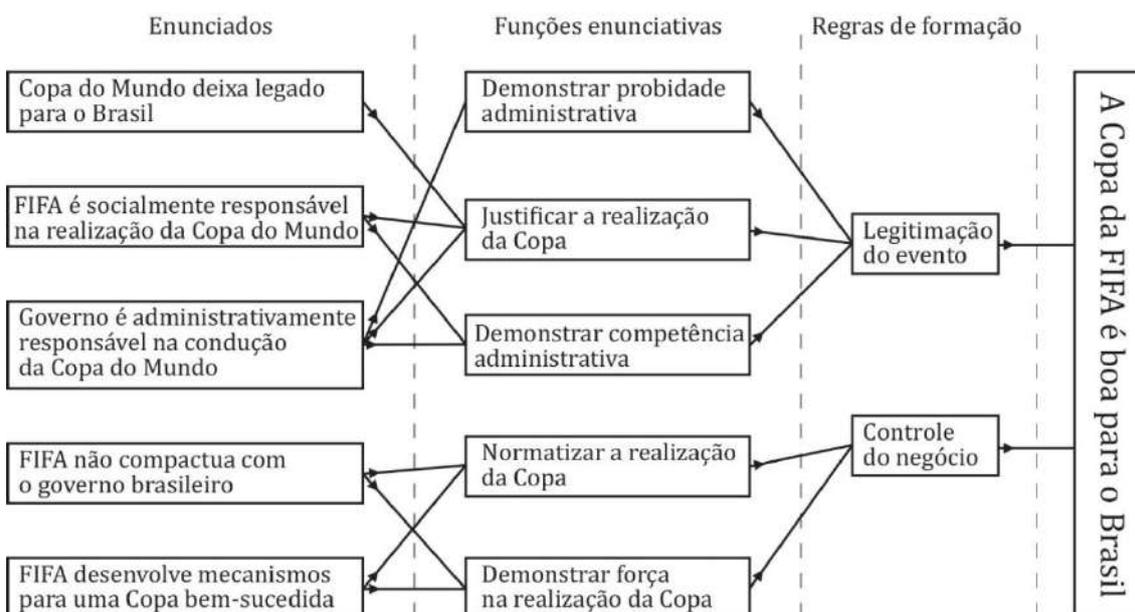


Figura 1. Mapa de relações entre os elementos constitutivos da primeira formação discursiva

Fonte: Elaboração dos autores.

Quadro 2 – Descrições dos elementos constitutivos da primeira formação discursiva

Enunciados	
Copa do Mundo deixa legado para o Brasil	Evoca os tipos de legado que Copa do Mundo deixará para o Brasil: o estrutural, por meio das obras nos aeroportos, nos estádios, em estrutura turística e em vias públicas para ampliar a mobilidade urbana; o econômico, por meio de investimentos na geração de emprego, renda e desenvolvimento industrial; e o sociocultural, por meio das iniciativas sociais ligadas ao evento, realizadas pelo governo e pela própria FIFA.
Governo é administrativamente responsável na condução da Copa do Mundo	Se refere à publicização, por parte do governo brasileiro, de ações para demonstrar que acertou ao trazer a Copa do Mundo de 2014 para o Brasil e que estava preparado para realizá-la. Tende a mostrar a sua eficiência na gestão, organização, transparência e fiscalização do megaevento, bem como das obras úteis para a população, acordadas na matriz de responsabilidades da FIFA, que inclui, além dos estádios, a reforma e ampliação de aeroportos, construções de mobilidade urbana e investimento em transporte público, sem utilização de dinheiro público federal.

FIFA é socialmente responsável na realização da Copa do Mundo	Revela o esforço da FIFA para contar com o apoio da população brasileira através de ações de cunho social. Aqui se retratam as ações da FIFA para demonstrar à população, nos espaços de imprensa e diante da sociedade civil, que a instituição proprietária do megaevento possui fins nobres, como a negação do lucro, a valorização do trabalhador, a responsabilidade socioambiental, a valorização da cultura gastronômica local, a segurança alimentar do torcedor, a ampliação do acesso aos jogos da Copa, além do imenso benefício econômico que ela prega trazer para a sociedade brasileira.
FIFA desenvolve mecanismos para uma Copa bem-sucedida	Estratégias que a FIFA adotou para obter domínio sobre a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, com o objetivo de que o megaevento transcorresse sem percalços. Para isso, ela impôs regras sobre os espectadores, defendeu os direitos comerciais de seus parceiros, obtendo lucro com isso, fiscalizou as obras, normatizou todos os assuntos relativos ao evento e preservou o controle sobre os serviços prestados na Copa. Além disso, fez propagandas para atrair os olhos do planeta para o seu produto e se desdobrou para evitar todo tipo de acontecimento de cunho negativo que pudesse vir a diminuir o sucesso de seu evento.
FIFA não compactua com o governo brasileiro	Posicionamento da FIFA contrário ao governo brasileiro quanto a algumas críticas e questionamentos deste sobre suas ações e políticas, bem como críticas ao governo brasileiro no que tange à sua forma de gerir a organização do evento, externando publicamente não compactuar com algumas de suas decisões, tais como a quantidade de sedes, falta de qualidade de serviços relacionados ao evento, falta de segurança nos estádios, itens de luxo na construção e reforma de arenas e problemas no cumprimento de prazos das obras da Matriz de Responsabilidades assumida pelo governo.
Funções Enunciativas	
Justificar a realização da Copa	Esforço dos organizadores em fundamentar a realização da Copa no Brasil, por meio de argumentos que remetem às suas atuações na organização do evento e ao legado deixado pelo.
Demonstrar probidade administrativa	Trabalho do governo brasileiro para demonstrar à opinião pública que sua participação na organização do evento foi feita com seriedade e honestidade.
Demonstrar competência administrativa	Trabalho dos organizadores do evento para demonstrar à opinião pública capacidade e responsabilidade na organização e realização da Copa do Mundo.
Normatizar a realização da Copa	Ações de padronização dos serviços relacionados à Copa do mundo, com o intuito de mitigar as possibilidades de ocorrência de situações de não conformidade com o planejado.
Demonstrar força na realização da Copa	Sinalização de força institucional da FIFA, indicando efetivo comando à frente do evento.
Regras de formação	
Legitimação do evento	Busca dos organizadores pela aprovação popular da Copa do Mundo, ao demonstrar que o evento foi realizado de forma ética e deixou um legado para o Brasil, não apenas nas esferas estrutural e econômica, mas também em questões sociais e culturais.
Controle do negócio	Ações da FIFA para atestar a Copa do Mundo como um produto com alto padrão de qualidade, bem como confiável e lucrativo para seus investidores.

Fonte: Elaboração dos autores.

A maneira como os elementos constitutivos desta formação se articula evidencia claramente dois grupos de feixes de relações, cada um resultando numa das regras de formação. O primeiro feixe de relações, relacionado à regra de formação legitimação do evento, evidencia como a FIFA e o governo brasileiro buscam respaldo para a realização do evento, a partir da forma como ambas se apresentam em relação à sua organização, bem como na promessa de um legado. As funções enunciativas aludem à intenção desses agentes oficiais de convencer a opinião pública da necessidade de realização do evento no país, a partir de declarações e ações que sustentam sua competência e responsabilidade dos agentes envolvidos, bem como as heranças do evento para a sociedade.

Tal feixe pode ser ilustrado no exemplo a seguir. No trecho de um artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo, o ex-jogador de futebol Ronaldo Nazário — um dos mais expressivos do futebol mundial e que atuava como membro do Comitê Organizador Local (COL) — declarou que:

Olhando para o nosso país, acho que precisamos rever a ideia de que a Copa do Mundo no Brasil é aonde queremos chegar – o destino de uma jornada. A Copa deve ser encarada como o nosso ponto de partida, uma porta que se abre e que pode nos levar a melhorar os aeroportos, a infraestrutura e a mobilidade urbana em nossas capitais, o conforto dos torcedores nos nossos estádios de futebol, o fluxo e serviços aos turistas... Investimentos feitos pelos governos nessas áreas ficam no nosso país, não voltam para a Europa com a FIFA após o torneio. Ainda não somos o Brasil que queremos. Mas estaremos mais perto se entendermos que a Copa do Mundo nos ajuda a nos aproximar disso, como mostram os quase R\$ 9 bilhões sendo investidos em mobilidade urbana e quase R\$ 7 bilhões em aeroportos dentro da matriz de responsabilidades do governo. Esses investimentos são necessários antes de tudo para a população brasileira. O que a Copa faz é antecipar ou fazer acontecer projetos urgentes de infraestrutura. (Trecho de texto publicado em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/132513-imagina-depois-da-copa.shtml>, coletado em 15/10/2013).

Ronaldo defende a Copa do Mundo no Brasil das acusações de que os investimentos públicos são muito vultosos para apenas um evento pontual; ele rebate essas críticas com argumentos acerca dos ganhos macroestruturais que a Copa atrairia e que seriam perenes. Sua fala reconhece que o país possui problemas sociais, mas tenta convencer a opinião pública de que a Copa tenderia a ser uma solução para o Brasil, acelerando benefícios para a população brasileira. Esse exemplo ilustra dois enunciados, referentes à responsabilidade administrativa do governo na condução da Copa do Mundo e ao legado decorrente da realização do evento. Ambos os argumentos servem para justificar sua realização, sendo que o primeiro busca também atestar a probidade e a competência do governo (funções enunciativas). Temos, nesse argumento, a postura do Governo de atestar não só a competência para tal organização, mas também sua preocupação de mostrar-se atento às demandas da população e a transparência do processo, demonstrando, assim, o direito cedido à sociedade de questionar tais pontos, uma vez que o ato de justificar as escolhas do governo na organização do evento é, também, um dever do Estado que ouve e cuida de sua sociedade. Esse episódio ilustra o modo como o governo não só legitima, mas também incentiva o engajamento subjetivo da sociedade em torno da organização do megaevento por meio de reivindicações.

O grupo de relações ancorado pela regra de formação controle do negócio, por sua vez, revela como a FIFA demonstra seu controle sobre o evento, afirmando sua força e papel normatizador, por meio de regras e de uma postura adversa ao governo em ações deste que se revelaram impopulares ou que não foram por ela anuídas.

Este feixe de relações pode ser ilustrado pelo próximo exemplo. Em reunião realizada em Londres, o então Secretário-Geral da FIFA, Jérôme Valcke, proferiu um discurso pouco diplomático, criticando a demora, por parte dos dirigentes públicos brasileiros, na entrega de uma série de documentos necessários para o andamento dos projetos estruturais do evento:

Precisam se esforçar mais, levar um chute no traseiro e entregar esta Copa do Mundo. E é isso que será feito [...]. Esses documentos deveriam ter sido entregues em 2007, e já estamos em 2012. Ficam com essa eterna discussão sobre a conta que vem com a organização do torneio e não conseguem se mobilizar para entregar as obras no período previsto. Os estádios estão todos atrasados. (Trecho de texto publicado em <http://placar.abril.com.br/materia/valcke-ataca-a-demora-do-brasil-precisa-de-um-chute-no-traseiro/>, coletado em 12/12/2014).

A fala do dirigente da FIFA em relação aos representantes do governo brasileiro demonstra uma relação invertida entre Estado e iniciativa privada, visto que, em condições normais, quem normatiza é o Estado e quem seguem as normas são as empresas. Este posicionamento demonstra que, a despeito de haver uma ação conjunta entre a FIFA e o governo para a realização da Copa do Mundo, é a entidade reguladora do futebol mundial quem, em última instância, tem o controle sobre o evento. Esse exemplo ilustra como os dois enunciados e as duas funções deste feixe operam: a FIFA desenvolve os mecanismos necessários para a execução do mundial dentro de seus parâmetros e esclarece que não compactua quando o governo brasileiro não cumpre o acertado, demonstrando que tanto normatiza o evento quanto tem a força necessária para tal. Temos assim ilustrado, a condição na qual o Estado é colocado como meio e cenário para a realização de ações corporativas, cuja relação entre o Governo Federal e a FIFA retrata o exercício de poder do segundo no primeiro, mas também a prioridade do privado em relação ao público.

Uma Copa do Mundo muito custosa para o Brasil

A segunda formação discursiva, baseada na posição discursiva da sociedade, está embasada em três regras de formação e suas relações com quatro funções enunciativas a partir de quatro enunciados. A formação evidencia as insatisfações da sociedade com o comportamento do governo e da FIFA na organização e realização do mundial de

futebol no Brasil. O entendimento geral é de que, contrariamente ao discurso propagado, não apenas a Copa não apresenta benefícios para o país, como chega a trazer prejuízos não só de ordem econômica, mas também sociocultural e política. Cada uma de suas regras demonstra uma maneira particular pela qual o descontentamento se expressa. Na Figura 2 apresentamos essas relações e no Quadro 3 as definições dessas categorias evidenciadas empiricamente.

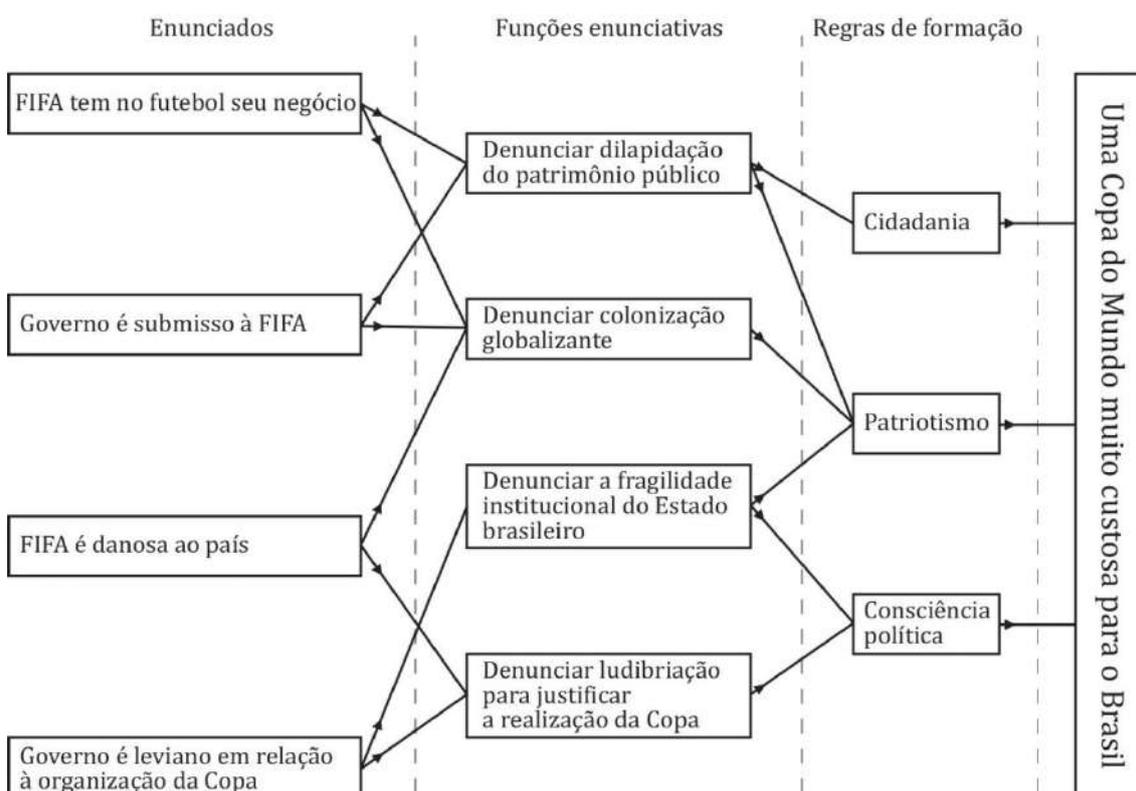


Figura 2. Mapa de relações entre elementos constitutivos da segunda formação discursiva

Fonte: Elaboração dos autores.

Quadro 3 – Descrições dos elementos constitutivos da segunda formação discursiva

Enunciados	
FIFA tem no futebol seu negócio	Se refere à noção de que a FIFA olha para o futebol apenas como um negócio com fins lucrativos, privilegiando seus parceiros comerciais, incorrendo em negociações que envolvem corrupção, e desprezando quaisquer impactos sociais negativos da realização da Copa do Mundo para as populações locais dos países-sede.

FIFA é danosa ao país	Remete ao entendimento de consequências nocivas ao Brasil da realização Copa do Mundo, tais como o desrespeito aos valores sociais e culturais locais, a falta de priorização da segurança dos trabalhadores nas obras da Copa e a equiparação de manifestantes a terroristas.
Governo é submisso à FIFA	Se baseia no entendimento de que o governo brasileiro se submeteu às exigências da FIFA para a realização da Copa do Mundo no país, cumprindo compromissos comerciais e sociais desvantajosos à população brasileira e sem se preocupar com os reais benefícios propiciados pelo evento.
Governo é leviano em relação à organização da Copa	Indica irresponsabilidade do governo brasileiro diante da realização de um evento de tamanho porte, como falta de fiscalização das obras da Copa, de preparação de mão de obra adequada para a realização dos serviços relacionados ao evento, de estrutura para o devido acolhimento aos turistas e a priorização de obras referentes aos aparelhos que envolveram os jogos do torneio, em detrimento aquelas de fim social.
Funções Enunciativas	
Denunciar dilapidação do patrimônio público	Assinala a realização do mundial com base no uso de recursos públicos, em detrimento do investimento da iniciativa privada, quando esta teria sido a verdadeira beneficiada com a realização do evento.
Denunciar colonização globalizante	Aponta para a forma como a submissão do país aos ditames da FIFA para realização do mundial no país levou a uma situação de estado de exceção, comprometendo aspectos da própria soberania nacional.
Denunciar a ludibriação para justificar a realização da Copa	Indica que os benefícios propagados pela realização do mundial encobriram o investimento público do país sem o devido retorno (legado) para a sociedade brasileira.
Denunciar a fragilidade institucional do Estado brasileiro	Diz respeito ao entendimento de que o país ocupa um lugar de vulnerabilidade diante das exigências do capital internacional, facilmente propagadas como oportunidades de investimento.
Regras de Formação	
Cidadania	Indignação referente ao uso de recursos públicos para a realização do mundial acima no nível originalmente definido, acrescido do agravante dos indícios de corrupção envolvendo membros do governo, da FIFA e das empresas envolvidas nas obras da Copa.
Patriotismo	Protesto contra a subserviência demonstrada pelo governo diante das imposições e exigências da FIFA.
Consciência política	Ações de conscientização popular contra as tentativas dos organizadores, sobretudo o governo, de manipular a opinião pública para aprovar as medidas que viabilizassem a Copa do Mundo no Brasil.

Fonte: Elaboração dos autores.

A regra de formação cidadania ancora um feixe de relações que traz à tona denúncias da população acerca dos interesses comerciais da FIFA presentes na organização do evento no país e da postura subserviente do governo federal frente a imposições da entidade máxima do futebol, o que estaria incorrendo na prodigalidade de recursos públicos.

Na véspera do primeiro evento teste do “novo Maracanã”, o corrido em 27/04/2013, a pouco mais de um mês de sua utilização na Copa das Confederações, um dos autores pôde verificar in loco que os arredores do estádio se configuravam um canteiro de obras (vide Fig. 3). Na ocasião, ao abordar transeuntes para realização de entrevistas, dois pontos foram destacados pela população local: o não entendimento para a realização de uma reforma tão drástica no estádio pouco tempo depois do mesmo ter passado por uma significativa restauração para os Jogos Pan-Americanos (2007) e o descontentamento com o gasto de verba pública gerado para esta finalidade.



Figura 3. Estádio do Maracanã em obras

Fonte: Registro fotográfico feito por um dos autores em 27/04/2013.

O incômodo identificado no depoimento dos populares ilustra aspectos do feixe de relações que leva a esta regra de formação. O entendimento é de que o Maracanã não precisava de uma reforma como a que ocorreu para que se atendesse às exigências do “padrão FIFA”, principalmente em havendo um dispêndio de recursos públicos tão

contundente para o atendimento desta imposição, o que revela o entendimento de subserviência do governo à entidade promotora do evento às custas dos cofres públicos. Nesse exemplo, o repúdio declarado pelas pessoas ouvidas demonstra como a força da resistência age contra as ações de biopoder, visto que há um entendimento de que a realização daquela obra — mesmo que sob a escusa de equipar melhor a cidade para a Copa do Mundo — é desnecessária e que representa ineficiência do poder público.

O feixe de relações que culmina com a regra de formação consciência política, por outro lado, atesta como a realização da Copa do Mundo revela que a FIFA é perniciosa ao país e que o governo é conscientemente negligente, o que indica como ambos tentam engodar a opinião pública para justificar a realização do evento e, de forma mais específica quanto à postura do governo, como a nação se revela vulnerável ao capital global. Por fim, os feixes relacionados à regra de formação patriotismo representam quase uma síntese dos aspectos previamente apresentados e apontam para um clamor de que os interesses sociais e econômicos, os valores culturais e a própria soberania nacional prevaleçam.

Um mesmo exemplo é ilustrativo de vários elementos presentes na constituição da presente formação. A FIFA estabeleceu que os produtos e serviços que poderiam ser comercializados em áreas pré-determinadas pela organização deveriam passar por um processo de avaliação e aprovação pelos membros da entidade, mesmo que o comerciante já estivesse anteriormente estabelecido naquela região há anos, ou ainda que o produto seja um símbolo cultural. Foi o que aconteceu na Bahia, por exemplo, em que as vendedoras de acarajé foram desautorizadas a comercializar esta iguaria local, de alta identificação regional, produto tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como patrimônio imaterial da Bahia e que a FIFA, inicialmente, não permitiu que furasse o bloqueio protecionista comercial. Somente após diversos protestos e negociações a FIFA concedeu autorização para a venda de

acarajés na Arena Fonte Nova durante a Copa do Mundo de 2014. De acordo com Valdecir Nascimento, coordenadora do Odara (Instituto da Mulher Negra), a vitória nas negociações com a Secretaria Especial da Copa foi o resultado de um trabalho de mobilização e reivindicação feita pela Associação das Baianas de Acarajé e Mingau (ABAM), em parceria com organizações do movimento social e o Comitê Popular da Copa de Salvador:

As baianas lutaram para defender o nosso patrimônio e seus direitos. Este foi um ano de muitas manifestações, que veio contribuir para garantir esse resultado. É necessário ter um projeto justo e digno para os ambulantes, para a população em situação de rua, ou seja, precisamos lutar para determinar que, de fato, tenhamos um legado social para a cidade com a chegada dos grandes eventos. Em Salvador, no entanto, temos que atrair as pessoas para o debate do turismo sexual e da limpeza étnica. Para isso, vamos entrar no jogo e lutar pela participação da população soteropolitana e brasileira no processo dos jogos do mundial. (Trecho de texto publicado em <http://institutoodara.org.br/baianas-de-acaraje-asseguram-espaco-nos-jogos-da-copa-das-confederacoes/>, coletado em 02/09/2013).

O pronunciamento da representante de um dos órgãos da sociedade civil organizada brasileira sugere que os governos não estariam comprometidos com a população, visto ser necessário terem que fazer repetidas manifestações e envolver outros setores representativos até ter suas reivindicações atendidas. Discussões que deveriam ser preocupações básicas do governo estariam sendo assumidas pelas organizações sociais e não pelos órgãos oficiais competentes, o que estaria demonstrando a priorização dos gestores públicos para as ações e atores comerciais envolvidos na Copa do Mundo em detrimento das camadas menos abastadas da sociedade.

O exemplo evidencia os quatro enunciados da formação discursiva: aponta para o entendimento de que a FIFA, em nome de seus interesses desconsidera não apenas os interesses econômicos da população, mas os próprios valores culturais do país-sede de

seu evento, o que ocorre sem que o governo assuma um papel de defesa dos interesses do país, o que atesta omissão. A resistência local do exemplo acima busca preservar uma dada subjetividade particular contra ações de biopoder que visam uma uniformização das práticas econômicas. A forma como esses enunciados se revela no exemplo em pauta ilustra a denúncia da fragilidade e a subserviência do país e, assim, embasam as regras acerca de consciência política e patriotismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A opção por acessarmos as posições discursivas tanto dos organizadores quanto da sociedade acerca da organização e realização da Copa do Mundo 2014 no Brasil foi motivada pelo entendimento de que isto contribuiria para uma compreensão da dinâmica na qual diferentes argumentos se relacionavam a este processo. No entanto, os achados da pesquisa indicam de que se tratam de posições que revelam uma diferença antagônica, o que fica claro na identificação de duas formações discursivas sem sobreposição alguma, em que cada uma delas é representativa de uma das posições discursivas analisadas, indica que a resposta para nossa questão investigativa jaz justamente nessa diferença.

Por um lado, identificamos que os organizadores da Copa (i.e., FIFA e governo) buscaram uma estratégia de persuasão e docilização da opinião pública, de forma a angariar seu apoio, o que foi feito por meio da promessa do legado e da demonstração de boa fé e competência na organização do evento. O suposto legado do megaevento esportivo buscava um apoio popular embasado no desejo de transformação do país, enunciado de forma espontânea e estimulado – cultural, social e comunicativamente – pelo discurso da organização que o geriu, evidenciando a manifestação de um biopoder (Foucault, 2005). A FIFA ao apresentar suas regras como necessárias a um evento sem transtornos e se distanciar do governo quanto a decisões polêmicas, demarcou sua posição de controle do evento, mas também o cuidado de fundamentar

sua posição ante a população local. Tais aspectos indicam o exercício do biopoder com o intuito de se beneficiar do engajamento subjetivo da população e, assim, com sua participação efetiva na realização do evento. Para o governo, trata-se de atestar seu compromisso com o desenvolvimento do país; para a FIFA, de legitimar sua própria atuação autônoma num território nacional.

Por outro lado, as denúncias feitas pela sociedade demonstram resistência ao exercício do biopoder: os posicionamentos adotados foram, pelo mesmo cerne pelo qual esta prática é adotada, com base na força subjetiva. Antes de apontar para o alto custo da realização da Copa no Brasil apenas em termos econômicos, a sociedade se ancorou em problemas que se propiciam a evidenciar uma crise política por trás deste processo. Ao invés de apenas apontar para a FIFA como uma entidade exploradora dos recursos públicos, localizam o governo como responsável mais imediato do problema, uma vez que caberia a este a preservação dos interesses nacionais. E, nesse processo, é possível observarmos que as respostas do Governo a tais questionamentos tanto se mostra como uma tentativa de justificar as ações governamentais e da FIFA para um ganho maior no futuro, mas também ilustra a dinâmica que envolve o exercício de poder e a presença de resistências: a segunda aparece como resposta à presença da primeira provocando nesta uma necessidade de realinhamento da forma de se exerce o poder. Contudo, o engajamento político e cultural daí resultantes não foi limitado a acontecimentos atrelados ao megaevento sediado no país.

Existem trabalhos que apontam os resultados, de ordem social e econômica, que a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil teve para a nação (Diniz, Ribeiro & Palhares, 2017; Nobre, 2017; Reis & Cabral, 2017). Outros indicam como a realização do megaevento esportivo foi exitosa para a economia do país, especificamente para o segmento turístico, impulsionado por frequentadores dos eventos sediados nas novas Arenas esportivas, investidores privados e a mídia que cobriu seus eventos (Aquino & Ferrari, 2013; Domingues, Betarelli Junior & Magalhães, 2011; Gimenes-Minasse, 2014).

O presente estudo apresenta o efeito potencial do megaevento esportivo, a partir da relação entre a população e os agentes organizadores públicos e privados: tal efeito aparece em duas vertentes dispare e complementares: uma euforia pela transformação do país e uma conscientização política, a partir, inclusive, desta outra.

Assim, nossos achados dão suporte ao entendimento de que a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil foi caracterizada pelo exercício de uma resistência ao biopoder, praticado como meio de legitimação e manutenção de controle do evento e contraposto pela ação política da sociedade.

Entendemos que o presente trabalho contribui para uma reflexão acerca dos limites da globalização e da própria noção de desenvolvimento alegada pelo capital na contemporaneidade. Ainda, corrobora o entendimento de que o evento teve impactos socioculturais e econômicos no país, conforme apresentado por estudos de campos de conhecimento complementares aos organizacionais (Araújo, 2014; Bortoli, Montipó & Ijuim, 2014; Castellani Filho, 2014; Dalonso & Lourenço, 2011; Netto, 2017; Rodrigues et al., 2014). Os achados revelam que, a despeito de não parecer haver impasses na ordem de ideologias políticas acerca do sistema econômico prevalecente, a sociedade é capaz de questionar as implicações de um modelo desenvolvimentista não parece capaz de levar em consideração as implicações da globalização em diferentes realidades locais, assim demonstrando, empiricamente, uma resistência ao biopoder estatal nacional.

Vislumbramos como possíveis desdobramentos desta pesquisa a avaliação futura do legado da Copa, após ter transcorrido o tempo necessário para isso, bem como a oportunidade de realizar um estudo comparativo acerca dos legados das Copas na África do Sul (2010), no Brasil (2014) e na Rússia (2018), países participantes do mesmo bloco econômico internacional (BRICS), responsáveis pela realização de três Copas consecutivas.

REFERÊNCIAS

- Andreotti, Bruno L. R. (2005). A desmaterialização do imperialismo: o conceito de Império de Antonio Negri. *Projeto História*, 30(1), 369-375.
- Aquino, Filipe & Ferrari, Cynthia M. (2013). Gol de quem? A comunicação e o turismo na Copa do Mundo Brasil 2014. *Revista Hospitalidade*, 10(1), 97-120.
- Araújo, Gabrielle O. (2014). Mobilizando os direitos humanos: a denúncia pública do Comitê Popular da Copa de Porto Alegre e suas implicações. *Interseções*, 16(2), 354-378.
- Arboleda, Martin (2015). The biopolitical production of the city: urban political ecology in the age of immaterial labour. *Environment and planning D: Society and Space*, 33(0), 35-51.
- Bhattacharya, Rajesh & Sanyal, Kalyan (2011). Bypassing the squalor: new towns, immaterial labour and exclusion in post-colonial urbanization. *Economic & Political Weekly*, 46(31), 41-48.
- Bortoli, Suzana R., Montipó, Criselli, & Ijuim, Jorge K. (2014). Invisibilidade mediada na Copa do Mundo de 2014: Pessoas em situação de rua, olhares desviados, mídia atenta à cidadania? *Estudos de Jornalismo e Mídia*, 11(2), 367-378.
- Castellani Filho, Lino (2014). Megaeventos esportivos no Brasil: de expressão da política esportiva brasileira para a da concepção neodesenvolvimentista de planejamento urbano. *Motrivivência*, 26(42), 98-114.

Catlaw, Thomas J. (2008). Governance and Networks at the Limits of Representation. *The American Review of Public Administration*, 39(5), 478-498.

Cocco, Giuseppe & Cava, Bruno (2018). *New neoliberalism and the other: biopower, anthropophagy and living money*. New York: Lexington Books.

Costa, Flávia Z. N., & Leão, André L. M. S. (2012). Formações discursivas de uma marca global num contexto local: um estudo inspirado no método arqueológico de Michel Foucault. *Organizações & Sociedade*, 19(62), 453-469.

Costa, Flávia Z. N., & Leão, André L. M. S. (2011). Desvelamento do limiar discursivo de uma marca global em uma cultura local. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(2), 299-332.

Dalonso, Yoná S.; Lourenço, Júlia M. B. B. (2011). O Brasil e a copa mundo fifa 2014: um olhar além dos holofotes. *Tourism & Management Studies*, 1, 518-528.

Deleuze, Gilles (2013). *Conversações: 1972-1990* (3a ed). São Paulo: Editora 34.

Deleuze, Gille & Guattari, Félix (2010). *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. São Paulo: Editora 34.

Diniz, Alexandre M. A., Ribeiro, Ludmila L., & Palhares, Ricardo H. (2017). O impacto da realização da Copa das Confederações da FIFA de 2013 e da Copa do Mundo da FIFA de 2014 na criminalidade em Belo Horizonte. *Confins*, 32. Recuperado em 15 novembro, 2020 de: <http://journals.openedition.org/confins/12242>.

Domingues, Edson P., Betarelli Junior, Ademir A., & Magalhães, Aline S. (2011). Quanto Vale o Show? Impactos Econômicos dos Investimentos da Copa do Mundo 2014 no Brasil. *Estudos Econômicos*, 41(2), 409-439.

Foucault, Michel (2014a). *História da sexualidade v. 1: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra.

Foucault, Michel (2014b). *A arqueologia do saber* (8a ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, Michel (2013). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Lisboa: Edições 70.

Foucault, Michel (2008). *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, Michel (2005). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, Michel (1994). Two lectures. In Michael Kelly (Ed). *Critique and power: recasting the Foucault/Habermas debate* (pp. 17-46). Cambridge: MIT Press.

Foucault, Michel (1984). Os intelectuais e o poder. Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In M. Foucault. *Microfísica do poder* (4a ed) (pp. 69-78). Rio de Janeiro: Graal.

Fraser, Nancy (2003) From discipline to flexibilization? Rereading Foucault in the shadow of globalization. *Constellations*, 10(2), 160–179

Gimenes-Minasse, Maria Henriqueta S. G. (2014). A gastronomia brasileira na Copa do Mundo de Futebol da FIFA 2014: uma breve análise. *Turismo e Sociedade*, 7(1), 77-98.

Golder, Ben (2011). Foucault's Critical (yet ambivalent) affirmation: three figures of rights. *Social & Legal Studies*, 20(3), 283-312.

Grellet, Celso (2010). Copa 2014 e o clubes de futebol no Brasil. *Cadernos FGV Projetos*, 0(13), 52-56.

Hardt, Michael & Negri, Antonio (2012). *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record.

Hardt, Michael & Negri, Antonio (2006). *Império* (8a ed.). Rio de Janeiro: Record.

Hearn, Alison M. V. (2010). Structuring feeling: Web 2.0, online ranking and rating, and the digital 'reputation' economy. *Ephemera: Theory & Politics in Organization*, 10(3/4), 421-438.

Heckert, Ana Lúcia C. & Andrade, Ricardo B. (2010). Caminhos bifurcantes na educação inclusiva! Inclusões e rebeldias silenciosas na Educação Pública. *Fractal: Revista de Psicologia*, 22(3), 497-512.

Ianatoni, Thiago & Leão, André L. M. S. (2015a). Pague e Peque: Uma Arqueologia do Discurso do Adultério Mercadorizado. *Revista de Administração Contemporânea*, 19(6), 732-749.

Ianatoni, Thiago & Leão, André L. M. S. (2015b). Pulando a cerca ponto com: a opinião pública sobre a mercantilização do adultério. *Organizações & Sociedade*, 22(74), 443-463.

Kettl, Donald F. (2000). *The global public management revolution: a report on the transformation of governance*. Washington: Brookings Institution Press.

Lilja, Mona & Vinthagen, Stellan (2014). Sovereign power, disciplinary power and biopower: Resisting what power with what resistance? *Journal of Political Power*, 7(1), 107-126.

Manokha, Ivan (2009). Foucault's concept of power and the global discourse of human rights. *Global Society*, 23, 429-452.

Ministério do Esporte. (2012). *Resolução Nº 21*. Recuperado em 13 agosto, 2018 de: <http://www.in.gov.br/visualiza/index-.jsp?jornal=1&pagina=152&data=23/11/2012>.

Mumby, Dennis K., Thomas, Robin, Martí, Ignasi, & Seidi, David (2017) Resistance redux. *Organization Studies*, 38(9), 1157-1183.

Netto, Michel N. (2017). A hierarquização simbólica do Brasil na Copa do Mundo. *Sociedade e Estado*, 32(1), 145-169.

Nicolas, Marcos (2013). *O choque da Copa*. Recuperado em 13 agosto, 2018 de: <https://www.bemparana.com.br/noticia/o-choque-da-copa-253910>.

Nobre, Eduardo A. C. (Ed.). (2017). *Sports mega-events and urban legacies: the 2014 FIFA World Cup, Brazil*. Cham: Palgrave Macmillan.

Nolasco, Carlos (2004). Futebol: desporto e emoção. *Revista Con(m)textos de Sociologia*, 0(3), 13-15.

Presidência da República. (2012). *Lei Nº 12.663*. Recuperado em 12 agosto, 2018 de: <https://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=06/06/2012&jornal=1&pagina=3&totalArquivos=232>.

Presidência da República (2010). *Decreto de 14 de janeiro de 2010*. Recuperado em 12 agosto, 2018 de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/dnn/dnn12391.htm.

Rabinow, Paul & Rose, Nikolas (2006). Biopower today. *Biosocieties*, 1, 195–217.

Raffnsøe, Sverre, Mennicken, Andrea, & Miller, Peter (2019). The Foucault effect in organization studies. *Organization Studies*, 40(2), 155–182.

Reis, Cláudio J. O. & Cabral, Sandro (2017). Parcerias público-privadas (PPP) em megaeventos esportivos: um estudo comparativo da provisão de arenas esportivas para a Copa do Mundo Fifa Brasil 2014. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 551-579.

Revel, Judith (2011). *Dicionário Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Rodrigues, Francisco X. F., Rodrigues, Francisca J. F., Bueno, Igor A. S., & Figueiredo, Laryssa F. F. (2014). Análise sobre os legados da Copa do Mundo FIFA 2014 em Cuiabá/MT. *Percurso Acadêmico*, 4(8), 169-187.

Rouillard, Christian & Giroux, Dalie (2005) Public administration and the managerialist fervour for values and ethics: of collective confusion in control societies. *Administrative Theory & Praxis*, 27(2), 330-357.

Tully, James (2006). *Communication and imperialism*. Recuperado em 13 agosto, 2018 de: <https://journals.uvic.ca/index.php/ctheory/article/view/14503/5344>.

Uol (2012). *Fuleco é escolhido como nome da mascote da Copa de 2014*. Recuperado em 13 agosto, 2018 de: <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/esporte/2012/11/25/-escolhido-nome-do-mascote-da-copa-de-2014.htm>.

Villadsen, Kaspar (2019). "The dispositive": Foucault's concept for organizational analysis? *Organization Studies*, DOI: 10.1177/0170840619883664

BIOPODER E RESISTÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO FIFA 2014

Resumo

A Copa do Mundo 2014 foi ancorada na promessa de benefícios para o Brasil, em que FIFA e governo brasileiro demonstraram esforços direcionados à obtenção de aceitação popular. Assim, o estudo teve por objetivo analisar as manifestações de biopoder e resistência envolvendo os discursos de organizadores da Copa do Mundo 2014 e da sociedade brasileira acerca da realização desse evento no país. A pesquisa foi realizada por meio de uma Análise de Discurso Foucaultiana a partir de um arquivo representativo das duas posições discursivas investigadas. Os achados apontam para duas formações discursivas, referentes à promessa de que a Copa é boa para o Brasil e ao entendimento de que ela saiu muito custosa para o país. A conclusão do estudo é de que a Copa do Mundo 2014 pode ser caracterizada pelo exercício de e resistência ao biopoder.

Palavras-chave

Copa do Mundo. Biopoder. Resistência. Análise de Discurso Foucaultiana.

BIOPODER Y RESISTENCIA EN LA ORGANIZACIÓN INMATERIAL DE LA COPA DEL MUNDO FIFA 2014

Resumen

La Copa del Mundo 2014 fue anclada en la promesa de beneficios para Brasil, en que la FIFA y el gobierno brasileño demostraron esfuerzos dirigidos a la obtención de aceptación popular. Así, el estudio tuvo como objetivo analizar las manifestaciones de biopoder y resistencia que involucran los discursos de los organizadores del Mundial de Fútbol 2014 y de la sociedad brasileña sobre la realización de este evento en el país. La investigación fue realizada por medio de un Análisis de Discurso Foucaultiana a partir de un archivo representativo de las dos posiciones discursivas investigadas. Los hallazgos apuntan a dos formaciones discursivas, referentes a la promesa de que la Copa es buena para Brasil y el entendimiento de que ella salió muy costosa para el país. La conclusión del estudio es que la Copa del Mundo 2014 puede ser caracterizada por el ejercicio de y resistencia al biopoder.

Palabras clave

Copa del Mundo. Biopoder. Resistencia. Análisis de Discurso Foucaultiana.

BIOPOWER AND RESISTANCE IN THE ORGANIZATION OF THE 2014 FIFA WORLD CUP

Abstract

The 2014 World Cup was anchored in the promise of benefits for Brazil, in which FIFA and the Brazilian government demonstrated efforts towards obtaining popular acceptance. Thus, the study aimed to analyze the manifestations of biopower and resistance involving the speeches of organizers of the 2014 FIFA World Cup and of Brazilian society about the realization of this event in the country. The research was conducted through a Foucauldian Discourse Analysis from a corpus representative of the two discursive positions investigated. The findings point to two discursive formations, referring to the promise that the World Cup is good for Brazil and to the understanding that it did very costly for the country. The conclusion of the study is that the 2014 World Cup can be characterized by the exercise of and resistant to biopower.

Keywords

World Cup. Biopower. Resistance. Foucauldian Discourse Analysis.

CONTRIBUIÇÃO

André Luiz Maranhão de Souza Leão

O autor declara que realizou a pesquisa, tendo sido responsável pela sua concepção, sendo proponente e coordenador do projeto fomentado que deu origem ao artigo. Foi responsável pelo delineamento teórico e metodológico do trabalho, bem como da validação da análise dos dados e sua interpretação teórica.

Sérgio Luiz Elias de Araújo

O autor declara que realizou a pesquisa.

Bruno Rafael Torres Ferreira

Este autor não declarou a contribuição por conta de estar acometido com Covid-19.

Bruno Melo Moura

O autor declara que realizou atividades de suporte na conceituação, investigação, revisão e edição. Na escrita participou na mesma medida que os demais autores.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho só foi possível graças ao apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

DECLARAÇÃO DE INEDITISMO

Os autores declaram que a contribuição é inédita.

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

COMO CITAR ESTA CONTRIBUIÇÃO

Leão, André L. M. S., Araújo, Sérgio L. E., Ferreira, Bruno R. T., & Moura, Bruno M. (2020). Biopoder e resistência na organização da Copa do Mundo FIFA 2014. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 7(19), 552-588.